

## Algumas conceituações sobre as violências escolares

Beatris Cristina Possato<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem a pretensão de discutir algumas conceituações das violências e das violências escolares amparando-se numa pesquisa bibliográfica. Tais conceituações são construídas em um processo complexo e dinâmico, pois estão imersas nas mudanças que ocorrem na sociedade, em diferentes períodos históricos, alterando os comportamentos, as relações sociais entre os indivíduos e conseqüentemente, modificando os padrões de pensamentos e as regras morais dos povos. Especificamente com relação às violências escolares, é necessário observar que fazendo parte dessa sociedade, os conceitos igualmente se modificam. Atualmente compreende-se que a escola sofre violências, mas igualmente as geram de diferentes maneiras, sobretudo por meio do processo educativo, que busca planificar os indivíduos, dominando, domesticando os diferentes, tentando adaptá-los às normas e aos padrões sociais e excluindo aqueles que não os seguem. Assim, as violências não somente invadem a escola, mas elas são geradas em seu interior, nas relações que ali se estabelecem.

**Palavras-chave:** Violências; Violências escolares; Conceituações.

### Introdução

A escalada das violências<sup>2</sup> no Brasil é fato amplamente divulgado pela mídia nacional e já não se restringe a determinadas regiões ou cidades. Conforme Waiselfisz (2013) mostra no “Mapa da Violência no Brasil”, as violências deixaram de ser um problema das metrópoles, interiorizando-se. Hoje, esse é um tema que integra o cotidiano de todos os cidadãos brasileiros, independente da classe social ou de sua localização geográfica. De acordo com o estudo desenvolvido por Waiselfisz (2013), as manifestações violentas, principalmente os homicídios, têm assumido uma característica diferenciada no país. De 2003 a 2011, houve um encolhimento das taxas médias nacionais nas capitais e regiões metropolitanas, enquanto no interior essas taxas continuaram a crescer.

Há uma preocupação constante da sociedade brasileira e das autoridades competentes com as proporções que as manifestações violentas têm ganhado, sobretudo por meio de sua evidência na mídia brasileira. Essas preocupações podem ser identificadas nos discursos políticos, nas transmissões televisivas, nos projetos institucionais, nas falas do cotidiano e na sensação de medo que tem, muitas vezes, orientado o comportamento da população brasileira. Dois estudos demonstram esse medo das violências por parte da população brasileira. O estudo desenvolvido

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP e atualmente é bolsista de pós-doutorado pela Capes (PNPD), desenvolvendo uma pesquisa junto a UNICID (Universidade Cidade de São Paulo). E-mail: biapossato@hotmail.com.

<sup>2</sup> Utilizo “violências”, em detrimento de “violência”, por se tratar de uma pluralidade de manifestações do fenômeno.

pelo IPEA (2010), sobre o “Sistema de Indicadores de Percepção Social”, relata as percepções que a população tem da segurança pública e seus temores com relação às violências: 78,6% dos brasileiros demonstraram ter medo de morrerem assassinados, 73,7% dos brasileiros têm medo de ser assaltados a mão armada, 68,7% dos brasileiros têm medo de arrombamentos e 48,7% dos brasileiros temem agressões físicas. A sensação do medo pode ser maior que os fatos reais, como mostra um estudo, desenvolvido pelo IBGE (2010a), que trata das “Características da vitimização e do acesso à Justiça no Brasil”, demonstrando que 8,7 milhões de pessoas (7,2%) foram vítimas de roubos ou furtos e 2,5 milhões de pessoas (1,6%) foram vítimas de agressão física no período de 27 de setembro de 2008 a 26 de setembro de 2009.

Segundo Sérgio Adorno, a violência se tornou um problema grave no cotidiano dos brasileiros (LIMA; RATTON, 2011). No final da década de 70 e início da década de 80, as violências em suas múltiplas formas foram se tornando mais agressivas e ameaçadoras, atingindo a integridade física de qualquer pessoa, além de colocar em risco a vida de um número cada vez maior de cidadãos, ao mesmo tempo em que se consolidava a sociedade democrática no Brasil, mesmo que isso possa parecer paradoxal.

Tavares dos Santos informa que a preocupação em se analisar o tema das violências no Brasil nasce como uma questão social por meio das campanhas que denunciavam as torturas e solicitavam a anistia durante a ditadura militar (LIMA; RATTON, 2011). Posteriormente, com a democracia, as violências se apresentam com outras roupagens.

Assim, esse problema foi se transformando no tema central de muitas pesquisas brasileiras na tentativa de compreender esse fenômeno. Estudiosos como Paulo Sérgio Pinheiro, Alba Zaluar, Sérgio Adorno, Roberto Kant de Lima, José Vicente Tavares dos Santos, Maria Stela Grossi Porto, Antônio Luiz Paixão, entre outros, foram os pioneiros a desenvolverem investigações sobre as violências no Brasil, refletindo sobre a realidade sociopolítica desde o final da década de 70, bem como os “desafios da transição democrática em sua multiplicidade de formas” (LEEDS, 2011, p.7). Desafios estes que envolviam os crimes, a violência urbana, a violência rural, o acesso à justiça, os direitos humanos, entre outros.

Na realidade escolar, os problemas relacionados às violências, vêm sendo relatados e apresentam-se com diversas maneiras. Agressões, depredações e desacatos têm, muitas vezes, transformando instituições escolares em grandes fortalezas na tentativa de protegerem-se contra os agentes externos. De maneira semelhante, regras rígidas disciplinadoras têm sido utilizadas para controlar as ações internas à instituição escolar.

A UDEMO (Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São

Paulo) realizou três pesquisas com as escolas públicas estaduais paulistas, referentes aos anos de 2003, 2007 e 2009, buscando obter um panorama da situação de vulnerabilidade em relação às violências escolares. No ano de 2009, 84% das escolas pesquisadas tiveram algum tipo de manifestação de violências e 72% registraram boletins de ocorrência nas Delegacias de Polícia. Houve divergência significativa dos números de ocorrências do ano de 2009 para os anos anteriores com relação aos bens materiais, principalmente as depredações, as pichações, os arrombamentos, os furtos e as explosões de bombas, que foram os mais citados. Houve um aumento significativo também das ameaças de morte, porte de armas, invasão de agentes externos, tráfico e consumo de drogas/bebidas alcoólicas. As brigas entre alunos (86%) e os desacatos a funcionários, professores e direção (88%) não tiveram variação quanto ao percentual, mas continuam com um índice alto de ocorrências. O que se destaca neste estudo é que as violências escolares têm crescido nas cidades do interior, mesmo as com um número reduzido de habitantes (UDEMO, 2016).

É necessário compreender, no entanto, que essas estatísticas podem não representar o quadro das violências e das violências escolares no país. A definição de violência se dá de forma histórica, social e culturalmente situada. Destarte, questões que anteriormente eram consideradas banais, hoje podem ser consideradas violentas e passam a ser, em casos extremos, compreendidas como crimes, fazendo parte das estatísticas oficiais. Exemplos disso são os casos de homofobia, bullying, desrespeito verbal do professor para com os alunos, entre outros. Discutirei essa questão e farei uma leitura sobre algumas conceituações sobre violências e as violências escolares nesse artigo.

## **1. Manifestações das violências**

Certamente as violências não são frutos da sociedade moderna, uma vez que sua semente foi plantada e cultivada historicamente pelos homens em suas relações cotidianas. “A violência pertence à antropologia humana fundamental, no sentido de que ela ocupa o primeiro plano da humanidade, desde sempre. Basta reler os livros antigos, os textos sacros de várias religiões, particularmente a Bíblia, para dar-se conta de que a violência é uma das dimensões constitutivas da relação humana desde a origem do laço social” (PAIN, 2010, p.07). Contudo, cada período histórico possuiu diferentes maneiras de se relacionar com fatos específicos e assim, determinadas violências são aceitas socialmente e outras não.

Essas mudanças que ocorrem na sociedade, alterando padrões de comportamentos e de pensamentos, contribuem para que a conceituação das violências seja um processo complexo e dinâmico. No momento em que se busca uma conceituação das violências, tais modificações não podem

ser desconsideradas. De tal modo, os diferentes períodos históricos, as organizações das sociedades, as distintas regras morais dos povos, as diversas relações sociais de um grupo são exemplos de fatores que levaram estudiosos a repensarem conceitos já existentes.

Podemos pensar que as violências comumente não transpõem o entendimento da dor e do entorpecimento físico. Porém, suas manifestações ultrapassam as formas brutais e poderão se compor em formas veladas. “Quando se deixa, portanto de recorrer à violência aberta trocando-a por técnicas mais refinadas, nem por isso ela deixa de existir, mas sim, assume a fisionomia neutra e cinza da manipulação. A diferença encontra-se apenas entre uma violência aberta e outra surda e dissimulada” (MICHAUD, 1989, p.48).

No Brasil, o uso corrente da palavra “violência” tem basicamente relação com o uso da força, com a opressão, com a privação da liberdade e da vontade, com o constrangimento e com a coação.

*sf (latviolentia)* **1.** Qualidade de violento. **2.** Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade. **3.** Ação violenta. **4.** Opressão, tirania. **5.** Intensidade. **6.** Veemência. **7.** Irascibilidade. **8.** Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. **9.** *Dir* Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação (MICHAELIS, 2010, p.636).

Por essa conceituação são destacados os aspectos físicos, morais e psicológicos. As violências podem ser praticadas por um indivíduo ou grupo, contra outro indivíduo ou grupo. Entendimentos como esse, sobre o conceito das violências, ao serem direcionados em seus aspectos específicos, resultarão quase sempre, em limitações para que se consiga avistar as diferentes manifestações dessas violências.

Vinculadas à ideia de transgredir as regras, as violências podem conduzir a valores positivos e negativos, tanto rompendo regras e modificando uma sociedade, como ameaçando a ordem social. “A agressividade pode ser até construtiva, pois não tem necessariamente a ideia de destruição. Lutar por alguma coisa pode ser construtivo” (WHITAKER, 1994, p.28).

A avaliação das violências depende dos critérios utilizados por quem os avalia e muitas vezes, uma definição objetiva não considera as diferenças nos referenciais normativos de diferentes grupos. Para tanto, ao definir-se “violência”, é necessário estar atento ao fato de que os significados não são libertos de suposições, não atingem todos os fenômenos e diferem de acordo com o momento histórico, com a localidade e o critério utilizado para analisá-los (MICHAUD, 1989).

Apresento essa discussão, pois devido à globalização e ao acesso às informações transmitidas pelas mídias em tempo real, existe a crença que as violências são frutos das sociedades contem-

porâneas. No entanto, nada garante que nossa sociedade seja mais violenta que a de épocas anteriores. Igualmente é difícil dizer que nossas manifestações de violência atuais sejam menos brutais que no passado.

Na verdade a comparação não tem muito sentido, pois os termos são muito diferentes: à brutalidade e à selvageria de sociedades pouco desenvolvidas, agressivas mas com meios mortais fracos, sucederam-se a instrumentação e a gestão de sociedades tecnológicas – nas quais as possibilidades de destruição são consideráveis - que racionalizam a violência como racionalizam todo o resto” (MICHAUD, 1989, p.42).

Segundo a visão de Michaud (1989), a inquietação e o medo criado em torno das violências relaciona-se a segurança cada vez maior a que as sociedades contemporâneas têm acesso e a percepção ansiosa e desproporcional com relação ao volume real de comportamentos criminosos. Como não é possível realizar uma comparação quantitativa de épocas passadas e contemporâneas, apenas torna-se presumível dizer que a “violência é a marca registrada de períodos inteiros do passado” (1989, p.33). Todavia, é inegável que a violência tem afligido uma população universal, de diferentes maneiras, com diferentes configurações em diferentes manifestações.

Autores como Jacques Pain (2010) e Tavares dos Santos (2002) desenvolvem a ideia de que hoje, com a globalização, surgiram processos de massificação, ao mesmo tempo em que tornou o individualismo extremo, rompendo-se com os valores coletivos e a consciência da necessidade de uma integração social. E dentro desta época de incertezas, a violência tornou-se “globalmente mediatizada, sustentada ou reivindicada em termos de guerras de ingerência, de regulação, de política de civilização” impulsionando-a a ser a “cultura de força, sob todas suas formas, é claramente o tronco comum da humanidade globalizada” (PAIN, 2010, p.7).

Segundo Santos (2002), surgem novos problemas e dilemas sociais nesta época de conflitualidades, em que rompe-se o contrato e os laços sociais, e provocam a ruptura entre o eu e o outro, dilacerando as relações de alteridade. Essas rupturas são visivelmente verificáveis nas instituições socializadoras, que já não possuem mais a eficácia no controle social e entram em uma fase de “desinstitucionalização” e crise. Nesse horizonte e “como efeito dos processos de exclusão social e econômica, inserem-se as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea” (SANTOS, 2002, p.23).

As violências, para o autor, passam a configurar-se como a linguagem e a norma social de algumas categorias sociais, diferentemente do autocontrole e do controle social institucionalizado utilizados pelas normas civilizadas. Assim, as violências são verificadas por Santos (2002) no ato de excesso em cada relação de poder, que é qualitativamente diferente do consenso.

Em seu conjunto, poderíamos considerar a violência como um dispositivo de poder, em que se exerce uma relação específica com o outro mediante o uso da força e da coerção: isto significa estarmos diante de uma modalidade de dispositivo que produz um dano social, ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano (SANTOS, 2002, p.23).

Afirmar que a violência trata-se de um dano ampara-se na compreensão que existem normas sociais estabelecidas por cada sociedade e período histórico, como já tratei anteriormente, e que o poder legitima-se por meio de certa norma social, assumindo a forma de um dispositivo de controle. Ao mesmo tempo, esta compreensão aponta que “nas composições macrossociais, a violência é fundadora de uma sociedade dividida e desigual, fundada em relações de dominação e de submissão” (SANTOS, 2002, p.23). No entanto, o autor explora igualmente, de maneira inversa, a possibilidade de a violência estar presente nos micro espaços do cotidiano, permeando todas as relações sociais, as interações dos grupos e das classes.

Alba Zaluar considera importante que existam estudos quantitativos para se ter uma dimensão macro da sociedade (LIMA; RATTON, 2011). Mas propõe que é necessário observar as subjetividades das práticas sociais, atentando-se ao micro para compreender as questões de criminalidade e violência, na tentativa de elaborar projetos e propostas para as políticas públicas, sobretudo na área de prevenção.

Foucault (1990) e Maffesoli (1981) são autores que tratam de uma análise microssociológica das violências. Para Maffesoli (1981), especificamente, as violências pertencem a genealogia das sociedades, tornando-se estrutural a sua vida e comum ao processo civilizatório.

As violências estarão presentes na lógica de dominação, de planificação e em todas as tentativas que os poderes instituídos fazem de buscar transformar a pluralidade em homogeneidade. De maneira semelhante, as violências manifestam-se em todas resistências, sejam elas banais ou renovadoras, que os indivíduos possuem para tentar driblar esta imposição.

Para o autor, igualmente, as manifestações das violências não estão limitadas à violência visível, concreta, física, psicológica ou moral, sendo parte de um sistema simbólico que irá atingir constantemente, e de maneira legítima os indivíduos, sem que estes, na maioria das vezes, as percebam. Mesmo porque a violência não possui intenções tão claras e unilaterais, conduzindo-se em rede, integrando manifestações violentas e resistências, adquirindo diferentes papéis que são difíceis de serem observáveis, tais como a manutenção dos poderes instituídos e a ruptura de padrões estabelecidos.

De acordo com Maffesoli (1981), sempre houve a preocupação de se controlar as violências, porém, na sociedade contemporânea procura-se o controle total deste fenômeno, de maneira diversa à forma ritualística da sociedade tradicional; o controle da violência é instaurado por meio do

monopólio, da interiorização das normas e da racionalização da violência. Há uma tentativa de impedir que os antagonismos do corpo social sejam expressos e, ao mesmo tempo, pretende-se a homogeneização da sociedade. A organização política e os poderes instituídos dão prioridade a ordem, na busca de se estabelecer a “normalidade”, dominando a paixão e a agressividade.

Por meio dessa “racionalização” das violências, os indivíduos são conduzidos a acreditar que existe um tranqüilidade absoluta na vida social. No entanto, simultaneamente, passa a existir uma “potencialidade irracional” (Teixeira e Porto, 1998, p.58).

Guimarães (2005) explica que Maffesoli não tem a intenção de conceber uma teoria sobre a violência, por sua característica disforme, imprevisível e convulsiva. O autor pretende reconhecer os elementos que compõe nossa sociedade. De modo que, a luta entre o poder e a potência<sup>3</sup> faz gerar as modalidades das violências, que são organizadas como: violência dos poderes instituídos, violência anômica e violência banal.

A violência totalitária ou dos poderes instituídos tem relação com a lógica da dominação e do poder, que tenta reprimir a expressão da potência. Ela resulta do domínio de uma estrutura sobre a vida social. As instituições, por exemplo, exercem domínio e controle sobre os indivíduos, por meio da burocracia. Tenta-se estabelecer a lógica da homogeneização que planifica e inibe as expressões antagônicas dentro da sociedade.

Nesta lógica, a burocracia tem papel fundamental, pois possui elementos que irão auxiliar no alcance destes objetivos de dominação e controle. Entre estes elementos encontramos: a supremacia do individualismo, a destruição da coesão social, a domesticação da paixão, a planificação das ações, do acaso, servindo ao produtivismo e à cultura do trabalho. Unida à burocracia, encontra-se uma classe controladora que passa a dominar todos os níveis da vida social (a vida cultural, o trabalho, a comunicação de massa, etc.). A tentativa é de uniformizar os indivíduos, rompendo com o aleatório, com o criativo. “Para além do indivíduo, existe uma unidade abstrata que neutraliza as diferenças, levando à submissão, à adaptação, e cada um se torna um espectador passivo de seu próprio destino” (GUIMARÃES, 1998, p.107).

A dominação e a planificação dos indivíduos irão se exercer igualmente por meio do processo educativo. Domesticar e reeducar os diferentes, adaptando-os às normas e aos padrões sociais, inibindo-se as emoções e educando-os para o trabalho, será a única alternativa de vivência existente. A constante uniformização vivificará e abrihantará as violências, já que a coesão social será arruinada pela homogeneização e isso irá estimular os sobressaltos violentos. Essa tensão entre

---

<sup>3</sup>A potência seria a pulsão que se expressa em todos os níveis da existência individual e social. A lógica do poder conduz ao uno, enquanto a lógica da potência conduz ao pluralismo, estruturando a vida social em sua instabilidade. (MAFFESOLI, 1981, p. 45-51).

o poder e a potência faz surgir tentativas de rompimento da dominação e do controle. Possivelmente, a sociedade pode submeter-se ao poder, contudo, há momentos em que surgem brechas e a potência explode, conduzindo ao confronto. O “irreprimível querer-viver social que corrói incansavelmente as diversas formas de imposição mortífera” (MAFFESOLI, 1981, p.212) impedem que o totalitarismo seja absoluto.

A violência anômica, seria a violência fundadora do novo, ao mesmo tempo em que possui elementos da destruição, irá possuir elementos de uma fundação. É a expressão da habilidade que uma sociedade possui de estruturar sua coletividade ao assumir e controlar suas próprias violências. Sua face construtiva surge ao estimular uma nova ordem. Sua face destrutiva manifesta-se por ser uma resposta à violência dos poderes instituídos e ao seu domínio. As revoltas, a ilegalidade, os atos de resistência demonstram o descontentamento com a homogeneização e obstruem o surgimento do totalitarismo.

Na violência fundadora encontramos mais vitalidade do que nos comportamentos destrutivos. De acordo com Maffesoli, ela é a expressão do querer-viver social, diferentemente da planificação, que reduz ao uno, ao acordo, à ordem. Os homens buscam proteger-se da dominação por meio de atitudes levadas ao extremo, e que juntamente à monotonia da vida cotidiana, apontam para o desejo de uma ordem alternativa. Com o movimento de ordem e de desordem, de destruição e de fundação, possibilita-se que haja uma estruturação social e o seu equilíbrio, que não seria em termos de puro consenso, mas sim, numa harmonia conflitual<sup>4</sup>.

A violência banal seria outra forma de resistência à dominação. Aparentemente expressa-se na passividade, no entanto, irá opor-se ao instituído, minando o poder, silenciosamente. Há uma duplicidade de recusa e adesão, resistência e aceitação que são expressas pelas submissões, pelo conformismo, pela alienação, entre outros. A participação da luta contra os padrões estabelecidos não é direta e busca-se evitá-los de maneira astuta, prudente. Há uma tentativa de fuga do controle social por meio de outras formas de resistência, como o silêncio, as piadas, a polidez, a zombaria, a ironia.

Maffesoli (1981, 1987, 2006) faz uma leitura da dinâmica das violências, que passa a estruturar toda a vida social, independente do grupo civilizacional ou período histórico. Observando a partir desse dinamismo interno, percebe-se a constante tensão que foi discutida entre o poder e a potência.

---

<sup>4</sup> Para Maffesoli (1987) toda harmonia possui uma dose de conflito. É preciso lidar com a heterogeneidade, realizar acordos, fazer negociações. “Ao invés de se oporem entre si, de uma maneira irreduzível, ao invés de serem ultrapassadas, segundo um mecanismo dialético e dramático, numa síntese lenificante, a liberdade e a necessidade são, em certos momentos, vividas numa tensão ‘contraditória’, isso que denominei harmonia conflitual” (MAFFESOLI, 2006, p.279).

Enfim, existem diversas leituras para o fenômeno das violências. Contudo, não existe uma definição, um conhecimento genérico. Sua natureza empírica é disforme, polissêmica. Sempre existirão as substituições às respostas encontradas, pois cada sociedade é única e possui em seu interior suas próprias violências, com manifestações e consentimentos diversos de outras sociedades. Certo é que as violências existem e persistem em diferentes períodos históricos e em diferentes configurações societárias, adquirindo diversas formas de manifestações, efeitos e origens.

## 2. As violências escolares

De modo semelhante, a temática das violências escolares igualmente possui suas manifestações e variações. De acordo com Abramovay e Rua (2002), os termos utilizados para denominar as violências escolares igualmente variam de país para país. Segundo as autoras, os Estados Unidos focam-se na delinquência juvenil, nas gangues, na xenofobia e no bullying<sup>5</sup>. Além disso, como apresentado anteriormente, ampara-se no policiamento e na segurança para resolver as questões mais graves. Na Inglaterra compreende-se que há violência escolar quando existe um conflito entre estudantes e professores ou atividades que resultem em suspensão ou prisão. Na Europa, especialmente França, os estudos amparam-se na diferenciação entre violência, transgressão e incivilidade.

O termo violência, pensam eles [os pensadores franceses], deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou quem ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de drogas, insultos graves. A transgressão é o comportamento contrário ao regulamento interno do estabelecimento (mas não ilegal do ponto de vista da lei): absenteísmo, não-realização de trabalhos escolares, falta de respeito, etc. Enfim, a incivilidade não contradiz, nem a lei, nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras de boa convivência: desordens, empurrões, grosserias, palavras ofensivas, geralmente ataque cotidiano – e com frequência repetido – ao direito de cada um (professor, funcionários, aluno) ver respeitada a sua pessoa (CHARLOT, 2002, p. 437).

Charlot (2002), escrevendo sobre as instituições francesas, apresenta três noções de violências no âmbito escolar: violência *na* escola, violência *à* escola e violência *da* escola.

A violência que acontece *na* escola e a violência que acontece *à* escola, em grande medida, têm como agentes principais os alunos. “A violência *na* escola é aquela que se produz dentro do

---

<sup>5</sup>Bullying é uma palavra da língua inglesa que significa tyrannizar, amedrontar. Eric Debarbieux e Catherine Blaya (2002) propõem que o bullying seja compreendido como *intimidação* por parte dos alunos no contexto escolar. De acordo com Batista (2011) o fenômeno do bullying está intimamente ligado aos preconceitos, aos estereótipos existentes devido a um padrão estabelecido pelos grupos hegemônicos em nossa sociedade atual. Deste modo, ao se analisar o fenômeno, não se pode perder de vista a problematização do meio sociocultural em que os alunos estão inseridos, bem como, a discussão dos papéis de “vítima” e “agressor” que os alunos são colocados.

espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar” (CHARLOT, 2002, p.434). Seria a violência gerada nas lutas pelo poder travadas pelos jovens em busca de honra, prestígio, respeito e que não estão intimamente ligadas às atividades escolares. A escola seria um espaço, como qualquer outro, para acertos de contas, onde os conflitos aconteceriam.

A violência à escola tem uma íntima relação com a natureza e as atividades escolares, como “quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam” (CHARLOT, 2002, p. 434).

Segundo o autor, a violência à escola deve ser analisada juntamente a violência da escola, pois há uma íntima relação entre elas. É a “violência institucional, simbólica, que se expressa pela maneira como a instituição e seus agentes tratam os jovens” (CHARLOT, 2002, p.435). Para o autor, essa violência está mais relacionada às relações pedagógicas, a autoridade pedagógica, a legitimidade da instituição escolar, à natureza e às atividades da instituição escolar como conteúdos, métodos de trabalho e avaliação.

Se os jovens são os principais autores das violências escolares (mas não os únicos), igualmente são vítimas dessas violências. Assim sendo, essa diferenciação apresentada pelo autor, pretende refletir sobre diferentes processos de produção da violência escolar.

Importante lembrar que é necessário se discutir as práticas individuais e coletivas, além do conjunto de normas estabelecidas, afim de compreender o contexto em que as violências se inscrevem (e se serão consideradas violências). As violências são ressignificadas de acordo com os tempos históricos, lugares e relações. Mas, embora haja diferenças entre os países, atualmente existe o consenso que não apenas a violência física merece atenção nas escolas.

É consensual o reconhecimento da vulnerabilidade negativa (riscos e obstáculos) da escola diante de distintos processos contemporâneos, em particular as exclusões sociais, a atitude do poder público para com a educação e a perda de prestígio e de poder aquisitivo pelos professores. A vulnerabilidade da escola a várias violências, macrossociais, viria aumentando também sua perda de legitimidade como lugar de produção e transmissão de saberes, quando contraposta ao alcance social, ampliação do escopo e do acesso de novos meios de formação (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p.25).

Porém, como já discutido anteriormente, há uma dinâmica das violências. Como parte da sociedade, a escola recebe a violência e também a gera. As violências não apenas adentram a escola, elas são geradas em seu seio, nas relações que ali se estabelecem. Por meio do processo educativo, exerce-se essa dominação e planificação dos indivíduos, domesticando e reeducando os diferentes, adaptando-os às normas e aos padrões sociais, inibindo-se emoções e muitas vezes, excluindo os que não se adaptam a esses padrões.

Frente a um modelo histórico repressor, as instituições escolares carecem de alternativas criativas para amenizar as violências escolares. Para Abramovay (ABRAMOVAY ET AL., 2003), tratando da realidade brasileira, além das escolas apresentarem diversos problemas em sua gestão interna e ter múltiplas precariedades, neste momento, a ideologia que sustentou essas instituições é contestada.

Os grandes discursos sobre princípios e valores da educação já não encontram ressonância na sociedade. A escola não prepara mais para o mercado de trabalho, nem é mais única ou principal fonte de transmissão de conhecimentos sobre o acervo cultural da humanidade. Além disso, a escola não corresponde à expectativa de abrir possibilidade para um futuro para os jovens (ABRAMOVAY ET AL., 2003, p.94).

Perante uma sociedade em constante mudança, será que os jovens veem na escola a única alternativa de um futuro promissor? Os altos índices de abandono, principalmente no Ensino Médio, nos fazem repensar essa questão<sup>6</sup>. Não é somente uma relação voltada ao futuro, ao mercado de trabalho, mas podemos dizer que poucas escolas hoje conseguem uma relação respeitosa e dialógica com seus alunos. Desta maneira, surgem as dificuldades em despertar o interesse desses jovens para o atual modelo escolar e se manter a disciplina esperada.

Com relação ao preparo para o mercado de trabalho, acredito que possivelmente não há um vínculo estrito com a formação que é dada na escola, entretanto, é necessário observar que a escola ainda atua no sentido e na lógica do *mercado*. Para Pain (2010), essa lógica do mercado dissemina-se pelas escolas e atinge as relações pessoais entre crianças e jovens. Os grupos estruturam-se a partir do capital, sendo que a popularidade, a influência, a reputação, entre outros, demonstram as relações de poder existentes entre os sujeitos escolares. Para o autor, as condutas são fabricadas pela globalização das mídias e da política, produzindo uma “totalidade fragmentada, mas imbricada na vida cotidiana, exibindo certo totalitarismo das atitudes. A escola renuncia lentamente à tarefa de educar; especializando-se, profissionalizando-se em seu comércio de saberes, na verdade, a escola deixa de educar. Quando a palavra silencia, o sintoma fala” (PAIN, 2010, p.15).

Ao seguir a lógica do mercado a escola passa a preocupar-se com a produção, com a brevidade e quantificação dos fatos, com a funcionalidade, com a competição, esquecendo-se completamente das subjetividades, do diálogo e a vida escolar cotidiana estrutura-se a partir da economia e da administração. Entrando nesse contexto de homogeneização e massificação a escola, como uma das maiores representantes dos poderes instituídos, mostrará claramente a manifestação

---

<sup>6</sup> Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil teve a maior taxa de abandono escolar no ensino médio em 2009, dentre os países do Mercosul (Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela). Um em cada dez jovens abandonam a escola neste nível de ensino (IBGE, 2010b).

da dinâmica das violências discutidas por Maffesoli<sup>7</sup>.

Diminui-se cada vez mais o espaço do diálogo e em seu lugar, a intolerância, o medo da violência nos conduz a medidas, a programas e a políticas que são extremamente repressores. O poder público, em diversos países, tem se utilizado cada vez mais do policiamento para resolver problemas internos à escola. McGreal (2012) nos mostra um quadro aterrador nos Estados Unidos, onde a criminalização dos jovens é constante, sendo que problemas de ordem pedagógica (utilizar um perfume em sala de aula, negar-se a fazer as tarefas, atirar bolinhas de papel) são resolvidos com processos judiciais, multas e prisões.

Debarbieux (2007) acredita que os casos de violências nas escolas têm decrescido, mas a sua visibilidade tem aumentado por meio da mídia. O autor traz dados estatísticos demonstrando que nas escolas, em vários países, existe um número muito inferior de casos de violências que em qualquer outro espaço público. Essa visibilidade, no entanto, faz com que a população tema os raros casos extremos de violências nas escolas, exigindo que o poder público tome medidas para sanar esse problema.

Meu intuito não é negar a existência das violências nas escolas, mesmo porque o entendimento de violência abarca uma série de manifestações, mas apontar que há necessidade de se desenvolver estudos que acompanhem o cotidiano das escolas para se compreender melhor essa temática.

Atualmente existe no Banco de Teses & Dissertações da CAPES (CAPES, 2016) mais de 85 mil trabalhos acadêmicos publicados sobre o tema, nas mais diversas áreas do conhecimento. Segundo Lima (2011), Tavares dos Santos e Sérgio Adorno são os dois especialistas que orientaram mais dissertações e teses contendo a palavra-chave: violência. Na área da educação, Dayrell et al. (2009) expõem que as pesquisas desenvolvidas até 2006, sobre o tema da violência, apresentavam as concepções que os jovens e a comunidade escolar tinham sobre violências praticadas e sofridas na instituição escolar, as violências extra e intramuros, violências e gênero, manifestadas nas esferas públicas e privadas, de forma física, psicológica e simbólica.

De acordo com Sposito (2001), a temática das violências escolares adensou-se no debate político brasileiro na década de 1980, quando os principais problemas consistiam em depredações, pichações e invasões do patrimônio escolar nos finais de semana. Nesta época, acreditava-se que a escola deveria ser protegida dos agentes externos, que não possuíam vínculo com a instituição. As discussões amparavam-se na necessidade da escola possuir uma gestão mais democrática e participativa, que envolvesse os sujeitos escolares em detrimento das formas de sociabilidade dos

---

<sup>7</sup>Alguns pesquisadores brilhantemente mostram essa dinâmica, como Guimarães (2005).  
Revista Conversas e Controvérsias, Porto Alegre, vol.3, n.2, 2016.

jovens.

Desde os primeiros anos da década de 1980, o Poder Público tentou responder ao clima de insegurança com dois tipos de medidas: de um lado, aquelas relativas à segurança dos estabelecimentos, cada vez mais sob responsabilidade das agências policiais e, de outro, as iniciativas de cunho educativo, que tentavam alterar a cultura escolar vigente, tornando-a mais permeável às orientações e características dos seus usuários (SPOSITO, 2001, p.91).

Na década de 1990, segundo Sposito (2001), há uma mudança significativa nas manifestações de violências no âmbito escolar, disseminando-se as agressões entre os próprios alunos, durante os períodos de aula e não mais dos agentes externos contra o patrimônio. Esta nova realidade amplia e torna ainda mais complexa a análise de um fenômeno disforme, recaindo os estudos para as formas de interação dos jovens, bem como a sociabilidade com o mundo adulto.

Dayrell et al.(2009) faz uma análise da produção acadêmica existente, no período de 1999 a 2006, com a temática dos jovens e de sua relação com a escola, nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. O autor destaca que os estudos sobre Indisciplina e Violência da/na escola se adensaram a partir de 2002, representando o maior percentual de estudos que tratam de Juventude e Escola, porém, de forma “dispersa e pouco significativa, o que pode estar apontando para a emergência de novas preocupações entre os pesquisadores da área” (p.59).

Desse modo, apesar terem avanço as pesquisas educacionais no Brasil referentes às violências escolares, permanece a necessidade de se ampliar os estudos que colaborem para a compreensão do cotidiano das instituições. Somente por meio dos estudos das relações sociais, bem como de como pensam as crianças e os jovens com relação às violências, será possível superar análises simplistas e apontar soluções fáceis para um fenômeno que é complexo.

### **3. Considerações Finais**

Há que se ter cuidado de não delegar às demais instâncias um papel que cabe a escola. As “violências escolares” pertencem a área educacional e não a área de segurança. Como já discutimos anteriormente, como propõe Charlot (2002), a violência *à* escola deve ser analisada juntamente a violência *da* escola, pois há uma íntima relação entre elas. Assim, outras instituições jurídicas, sociais, não poderão suprir os problemas da escola, se a própria escola não articular ações para refletir conjuntamente (equipe gestora, docente, discente, comunidade) sobre seus próprios problemas.

Encaminhamentos a Conselho Tutelar, a Justiça, a Polícia normalmente não contribuem para a convivência, não somente pela morosidade dessas instituições, mas sobretudo, porque irão atuar

pontualmente e não poderão adentrar de fato na escola para contribuir para as relações ali existentes. Somente os sujeitos escolares, tendo conhecimento de sua realidade, discutindo às violências escolares, rompendo com seus paradigmas, poderão colaborar para a construção de melhorias. À escola cabe o papel educativo e não às demais instituições.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas Escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

\_\_\_\_\_. **Violência na Escola: América Latina e Caribe**. UNESCO: Brasília, 2003.  
CAPES. Banco de tese & dissertações. Disponível em <<http://bancodeteses.capes.gov.br/bancodeteses/#/>> Acesso em 24 set 2016.

BATISTA, Elise Helena de Moraes. **Bullying e diferenças: a busca por um olhar ampliado**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas: Faculdade de Educação, 2011.

CHARLOT, Bernard. **A Violência na Escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Revista Sociológica, n.8, Porto Alegre, Jul./Dez., 2002.

DAYRELL, Juarez; NONATO, Brésicia França; DIAS, Fernanda Vasconcelos; CARMO, Helen Cristina do. Juventude e escola. In: SPOSITO, M. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**, v.1, Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

DEBARBIEUX, Eric. **Violência escolar: um desafio mundial?** Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

GUIMARÃES, *Áurea Maria*. **A dinâmica da violência escolar: conflito e ambiguidade**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. O cinema e a escola: formas imagéticas da violência. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 47, Dec. 1998, p. 104-115.

IBGE. **Características da vitimização e do acesso à Justiça no Brasil**. 2009. PNAD, IBGE/CNJ. 2010a.

\_\_\_\_\_. Síntese dos Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. **Estudos & pesquisas**. Informação demográfica e socioeconômica, volume 27. 2010b.

IPEA. SIPS. **Sistema de Indicadores de Percepção Social**. Segurança Pública. IPEA/SAE. 2/12/2010.

LEEDS, Elizabeth. Prefácio. **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil** / (Org) Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton. – São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (Org). **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. Comunidade de destino. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 273-283, jan./jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **O Tempo das Tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1987.

MCGREAL, Chris. Nota vermelha no BO. Como o Texas pôs a polícia para vigiar a escola. Tradução Clara Allain. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jan 2012. Ilustríssima, pp. 6-7.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

PAIN, JACQUES. Os desafios da escola em face da violência e da globalização: submeter-se ou resistir? In: SILVA, Joyce Mary Adam de Paula. e SALLES, Leila Maria Ferreira (Orgs). **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 1, Junho/Setembro, 2002, pp. 22-24.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educ. Pesqui**; vol.27, n.1, Jun 2001, pp.87-103.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches; PORTO, Maria do Rosário Silveira. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 47, Dec. 1998, p. 51-66.

UDEMÓ. Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. **Pesquisa Violência – 2009**. Disponível em <[http://www.udemo.org.br/Pesquisas/Pesquisa\\_2009.html](http://www.udemo.org.br/Pesquisas/Pesquisa_2009.html)> Acesso em 18 jun 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**. Homicídios e juventude no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

WHITAKER, Dulce. Violência na escola. In: GROSBAUM, Elena et al. (Orgs.). **Violência, um retrato em branco e preto**. São Paulo: FDE, 1994. p. 27- 34. (Série Idéias, 21).